

OCUPAÇÃO DE UMA UNIVERSIDADE NO SUL DE MINAS GERAIS

Luís Antonio Groppo¹

Introdução

Este trabalho sistematiza resultados parciais de pesquisa sobre a dimensão educativa das organizações juvenis, coordenada pelo autor deste texto, destacando a interpretação do movimento de ocupação de uma universidade por seus estudantes, considerado como um processo de formação política. Trata-se de pesquisa amparada por Bolsa de Produtividade em Pesquisa pelo CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), chamada “A dimensão educativa das organizações juvenis: Estudo dos processos educativos não formais e da formação política no interior de organizações juvenis de uma universidade pública do interior de Minas Gerais”, iniciada em março de 2016. Esta pesquisa teve a contribuição de estudantes de graduação e pós-graduação, bem como de membros da comunidade externa, vinculados ao Grupo de Estudos sobre a Juventude de Alfenas, na Unifal-MG (Universidade Federal de Alfenas), projeto de extensão coordenado pelo mesmo autor desse capítulo. Seus nomes merecem mais que uma nota de rodapé: Ana Rosa Garcia de Oliveira, Andréa Marques Benetti, Bruno Henrique Silva, Fabiana Mara de Oliveira, Gabriel Barreto Lopes, Giovana Generoso Monteiro, Isabella Batista Silveira, Júnior Roberto Faria Trevisan, Larissa de Fátima Simião, Lívia Furtado Borges, Maria Cesione Damasceno, Mariana Pereira Ramos e

¹ Doutor em ciências sociais e mestre em sociologia pela Unicamp (Universidade Estadual de Campinas). Professor da Unifal-MG (Universidade Federal de Alfenas). Pesquisador do CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico).

Mayra Cristina da Costa. Estes colaboradores, ao lado do autor-coordenador, têm realizado leituras críticas, pesquisas de campo e entrevistas acerca das organizações juvenis atuantes em uma universidade do Sul de Minas Gerais.

Estas organizações tiveram papel de relevo no movimento de greve discente e ocupação do *campus* central da universidade, entre outubro e dezembro de 2016. O movimento fez parte de uma ação coletiva mais ampla no território nacional, protagonizada primeiro por estudantes secundaristas, seguidos por estudantes da educação superior e, em alguns casos, por docentes e técnicos de universidades federais, contra a Medida Provisória nº 746/2016 (MP 746), que “reforma” o Ensino Médio, bem como contra a Proposta de Emenda à Constituição nº 241/2016 (PEC 241), que altera as Disposições Constitucionais Transitórias, instituindo um novo Regime Fiscal que “congela”, por 20 anos, os gastos públicos com políticas sociais. Aprovada no mesmo mês de outubro em regime de urgência pela Câmara dos Deputados, a PEC foi encaminhada ao Senado e recebeu novo número: PEC 55. Aprovada no Senado, a PEC 55 tornou-se a Emenda Constitucional 95. Por sua vez, a MP 746 foi sancionada pelas casas legislativas e tornou-se a lei n. 13.145/2017.

A pesquisa que deu origem a esse capítulo teve, como metodologia, a leitura crítica de obras acerca de formação política, organizações juvenis e movimento social, entre outros, bem como uma pesquisa de campo, por meio de observações participantes e de entrevistas com participantes da ocupação.

Em sua primeira seção, o trabalho apresenta os objetivos e justificativas da proposta da pesquisa supracitada, bem como alguns dos resultados de suas reflexões teóricas acerca das noções de socialização política e subjetivação política. A segunda seção dá continuidade a essas reflexões, tratando da noção de formação política – adotada por esse trabalho – e da concepção de política como ação criadora, conforme Hannah Arendt (2007), e como dissenso, segundo Jacques Rancière (1996a).

A questão inicial, que orientou as fases iniciais desta pesquisa e deste trabalho, indagava a respeito das possibilidades de auto-formação política dos jovens estudantes, por meio de organizações juvenis que adentram o espaço da universidade. Outra questão se fez urgente, reencenando tema tão relevante outrora na pesquisa em Educação, o caráter educativo dos movimentos sociais (ARROYO, 2003). A questão: que processos formativos, largamente não formais e informais, os jovens foram capazes de desenvolver por meio do movimento grevista dos estudantes e a ocupação do *campus* de uma universidade pública no Sul de Minas? A quarta seção e as considerações finais buscam sistematizar possíveis respostas.

Cabe ressaltar que versão inicial e condensada deste capítulo foi apresentado como trabalho à 38ª Reunião Nacional da ANPED (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação), no Grupo de Trabalho n. 03 – Movimentos sociais, sujeitos e processos educativos, em 2017, com o título “Ação coletiva e formação política na ocupação de uma universidade no Sul de Minas Gerais”.

1. Dimensões educativas das organizações juvenis

A pesquisa “A dimensão educativa das organizações juvenis” tem como tema os processos educativos não formais e a formação política no interior de organizações juvenis de uma universidade pública do interior de Minas Gerais. Seu objetivo geral é compreender e interpretar como se organizam e ocorrem os processos de formação social e política dos jovens estudantes desta universidade, que participam de organizações ou coletivos juvenis no interior dela.

Estes discentes têm participado não apenas das organizações ditas tradicionais dos estudantes, como os Centros Acadêmicos (CAs) e o Diretório Central Estudantil (DCE), mas também de coletivos não convencionais que atuam em questões políticas de caráter mais geral, como: discentes engajados em cursos de

extensão universitária voltados à formação política de militantes de movimentos sociais e sindicatos; grupo de estudantes que organizam um cursinho preparatório ao ENEM (Exame Nacional de Ensino Médio) para adolescentes de camadas populares, mas que também se preocupa com a formação política desses adolescentes; organizações juvenis que trazem ao interior da universidade, questões étnico-raciais e tematizam as relações de gênero e a diversidade sexual.

A pesquisa tem conhecido também organizações juvenis que buscam sintonizar os temas tradicionais da política estudantil com outros temas citados acima, como o racismo, o machismo e a homofobia, as quais têm relações mais ou menos claras com partidos políticos de esquerda, institucionalizados como o PT (Partido dos Trabalhadores) e o PSOL (Partido Socialismo e Liberdade), ou não institucionalizados, como o Consulta Popular. Organizações essas que, no caso da universidade pesquisada, têm disputado nos últimos anos as eleições para o DCE. Organizações, enfim, que se mostrarão de grande importância para articular o movimento de ocupação discutido na última parte do trabalho.

A pesquisa também tem conhecido e investigado coletivos juvenis cujas atividades têm influência, pelo menos indireta, na formação política dos estudantes desta universidade, como aqueles voltados à cultura (grupo de Maracatu), à religião (grupos de oração universitários, evangélico e católico) e ao esporte e lazer (Atléticas de diversos cursos de graduação). Estes coletivos não tiveram importância evidente na ocupação destacada aqui, e por isso não serão tratados neste momento.

Estes coletivos juvenis, atuantes nos espaços informais ou não formais da instituição universitária, têm se mostrado como relevantes instrumentos de formação política dos jovens. Inclusive estudantes que não pertencem a coletivos, os “não-organizados”, podem ser envolvidos em eventos promovidos pelos coletivos, tais como assembleias, protestos, palestras, debates, atividades culturais, cartazes, panfletos, ocupações, greve. Eventos, em geral, não vinculados a atividades formais organizadas pelos docentes.

Estas atividades formativas distanciam-se de modelos tradicionais preconizados pelos estudos clássicos da socialização política. Nestes modelos, a socialização política é um processo guiado por instituições comandadas por adultos (família e escola), que tem como tarefa a internalização dos valores básicos que orientam o funcionamento do espaço público das instituições políticas formais (Estado, partidos, sindicatos etc.). (OPPO, 1998).

Contudo, mesmo nos casos em que os eventos de formação política protagonizados pelos coletivos juvenis foram formalmente ministrados por um docente, as suas dinâmicas rompem com o preceito de que os adultos, ou mais “experientes”, devem necessariamente orientar a formação dos mais jovens, ou “inexperientes”. Os processos, em parte relevante auto-formativos ou co-formativos (em que adultos e jovens educam-se reciprocamente), não se baseiam na ideia de que é preciso primeiro habilitar o aprendiz, dotando-o de supostos valores básicos da política democrática, para só depois incentivar a participação no espaço público. Ao contrário, consideram que os jovens têm a capacidade de atuar politicamente aqui e agora, que sua presença peculiar no mundo tem contribuições próprias a dar para o debate das questões públicas. (CASTRO, 2009). Adultos e docentes que se abrem ao diálogo com estes coletivos juvenis, muitas vezes, têm aprendido com eles acerca de temas, ideias e conceitos trazidos pelos movimentos sociais, que podem enriquecer a vida acadêmica e as relações de ensino-aprendizagem.

Estudos fundamentados na noção de socialização política, ainda quando reorientados pelo conceito de capital social, tendem a manter o diagnóstico de que os jovens brasileiros têm baixa aquisição de valores básicos da democracia. (BAQUERO; CREMONENSE, 2006). Deste modo, esses estudos não são suficientes para compreender como foi possível que estes mesmos jovens, supostamente inabilitados para o fazer político, tenham protagonizado importantes ações coletivas em nosso país, ao menos desde as Jornadas de Junho de 2013, e foram a mais

relevante força social de oposição às medidas regressivas tomadas pelo governo Temer em 2016.

Uma possibilidade está nas pesquisas que têm revisto a noção de socialização política, e mesmo a de socialização, considerando que os sujeitos ou atores sociais são ativos participantes de sua própria socialização (DAYRELL, 2002), bem como que os processos de socialização são mais complexos e múltiplos na contemporaneidade, obrigando até mesmo os adultos a se reinserir em processos formativos e rever seus valores sociais fundamentais, ou levando a que gerações adultas e juvenis participem de um modelo “configurativo” de socialização – no qual ambos precisam integrar-se aos contextos mais mutantes da vida contemporânea. (PERALVA, 1997, PAIS, 2012).

Outra possibilidade está presente nos estudos orientados pela noção de subjetivação política, baseada em J. Rancière (1996a), que têm fornecido uma interessante fundamentação para compreender aquela dimensão educativa e auto-formativa dos coletivos juvenis. (CASTRO; MATTOS, 2009, MAYORGA; CASTRO; PRADO, 2012, ALVARADO; PATIÑO; LOAIZA, 2012). Eles ajudam a compreender a autoeducação ou coeducação em processos participativos, que buscam impactar a realidade imediata, incidindo diretamente na chamada esfera pública. Também, a entender ações coletivas que trazem à luz, fazem vir a público, questões tradicionalmente restritas ao âmbito do privado, (re) politizando tais questões, tão importantes aos sujeitos que são acometidos pelas injustiças as quais se referem, como o racismo, o machismo, a homofobia, as restrições ao acesso ao ensino superior, as dificuldades de permanência neste mesmo ensino e as relações entre as autoridades acadêmicas e os discentes. (CASTRO, 2009, MESQUITA, 2008)

A noção de subjetivação política, como tratada pelos estudos citados acima, tende a focar processos microssociais e individuais e a tratar de questões da psicologia social. Certamente, são foco e questões de enorme relevância, cuja aplicação aos temas da educação têm muito a oferecer. Entretanto, a pesquisa aqui

trazida sobre as organizações juvenis tem uma preocupação central provavelmente mais modesta, a saber, a descrição e a compreensão de processos educativos ou de formação política pelos coletivos juvenis, os quais tendem a ser invisibilizados pela universidade (do ponto de vista da educação formal) e pelas análises (do ponto de vista da pesquisa educacional). Processos que as próprias organizações juvenis tendem a ofuscar em favor de outros temas, como as análises de conjuntura. Ao que parece, os próprios coletivos dos estudantes parecem pouco conscientes acerca da penetração e da inventividade de suas estratégias formativas e do impacto que podem ter nos jovens que atingem.

2. Política e formação política

Neste sentido, a noção de formação política parece, ao menos por ora, mais adequada para focar os processos educativos presentes no cotidiano dos coletivos juvenis, bem como para interpretar as dinâmicas formativas do movimento da ocupação da universidade. Ela é uma “categoria nativa”, ou seja, é comumente usada tanto por instituições políticas que propõem ações de educação política, quanto no campo dos movimentos sociais e das organizações juvenis.

O termo formação política é bastante presente em organizações ou fundações ligadas a partidos políticos e a parlamentos (câmara dos deputados e assembleias legislativas), quando se referem à educação para a política, como uma breve busca em sítios da Internet pode comprovar. Tratam-se de cursos abertos, pouco centrados na certificação, que poderiam ser classificados como parte do campo da educação não formal. O termo formação política também se encontra em trabalhos acadêmicos sobre movimentos sociais, como a Pastoral da Juventude (FLORA, 2007), mas principalmente sobre o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra) (PIZZETA, 2007, VENDRAMINI, 2007), inclusive, especificamente sobre a formação política da juventude no MST. (MARTINS, 2009).

Estes trabalhos sobre os movimentos sociais referendam uma ideia-chave da pesquisa aqui relatada, a ser verificada na investigação de campo: a importância de processos educativos planejados, mas flexíveis, que ocorrem no interior de organizações juvenis, e que podem ser definidos como educação não formal. (GARCIA, 2007). Enfim, formação política também é uma categoria “nativa” para os coletivos juvenis pesquisados, bastante usada também durante a ocupação da universidade. Por meio dela, é possível acessar e conhecer as diversas e criativas estratégias e táticas de educação política dos jovens estudantes no seu cotidiano e em seu movimento.

Contudo, a ideia de política contida na formação política dos movimentos sociais e dos coletivos juvenis é muito mais ampla do que a das instituições políticas formais, tanto quanto os cursos de formação política de partidos e parlamentos. O fato político é menos o do poder como monopólio da violência legítima e o campo das instituições que controlam o poder (Estado) ou o disputam (partidos). A política para os movimentos é, sobretudo, a possibilidade de que sujeitos coletivos se organizem e lutem pela própria ampliação dos que têm direito a falar e a ser ouvido no espaço público, bem como o alargamento dos temas e questões que podem ser trazidos à luz do debate.

Se o campo da política é muitas vezes pensado como o da força (ou do poder como o monopólio dos instrumentos de violência legítima, tal qual afirmam Max Weber [1993] e Norberto Bobbio [1998]), para Hannah Arendt (2007) a política e o poder político em sentidos plenos são uma potencialidade, efêmera, criada por uma coletividade de sujeitos que agem juntos e se entendem na esfera do discurso – quando as palavras não são vazias (e revelam realidades) e as ações não são brutais (e criam relações e novas realidades). É intrínseca à ação e à vida política, em sentido pleno, a violação de limites e fronteiras. Os limites esboçados para orientar a esfera dos negócios humanos, dada a condição humana de “natalidade”, sempre serão abalados pelas novas gerações. Hannah Arendt (2007) aponta a importância das

novas gerações, e assim dos jovens, que com sua própria presença e ação podem trazer o novo. O sujeito, quando age politicamente, buscando a expressão de si diante dos outros, gera novas realidades, torna possível sua aparição na história e rompe com estruturas pretensamente consolidadas.

Por isto, ainda segundo Arendt (2007), a ação humana gera e precisa de espaços de “aparência”, onde o sujeito pode aparecer aos outros e a si mesmo. Mas esse espaço nem sempre existe, cabe aos sujeitos em cada tempo criá-lo, recriá-lo ou mantê-lo. Tal espaço da aparência precede a construção formal da esfera pública e qualquer forma de governo. É onde podem irromper ações que desestruturam o que estava dado.

Para Rancière (1996a), a política é a atividade que contesta a divisão dada a respeito do mundo sensível – de quem pode ser visto e ouvido –, é a ação que contesta a divisão entre os que são da comunidade e os que formam a comunidade dos que nada são. Deste modo, a política em seu pleno sentido se distingue da “polícia”. A “polícia”, que tem sido tratado equivocadamente como o campo da política, é o “conjunto de processos pelos quais se operam a agregação e o consentimento da coletividade, a organização do poder e a gestão da população”. No entanto, a política é antes “o conjunto das atividades que vêm perturbar a ordem da polícia pela inscrição de uma pressuposição que lhe é inteiramente heterogênea”, a saber, a pressuposição da “igualdade entre qualquer ser falante em relação a outro ser falante”, igualdade que “só se manifesta pelo dissenso”. (RANCIÈRE, 1996a, p. 372). A “polícia”, na figura de maquinarias provindas da majestade, divindade, força militar ou gestão de interesses, não deve se confundir com a política:

Só existe política quando essas maquinarias são interrompidas pelos efeitos de uma pressuposição que lhes é totalmente estranha e sem a qual, no entanto, em última instância, nenhuma delas poderia funcionar: a pressuposição da igualdade de qualquer pessoa com qualquer pessoa, ou seja, em definitivo, a

paradoxal efetividade da pura contingência de toda ordem. (RANCIÈRE, 1996b, p. 31).

A política como dissenso ou litígio é quem constrói os sujeitos políticos. Por meio do dissenso, esses novos sujeitos se inscrevem como “algo a mais” em relação ao que era tido como parte do corpo social. Os sujeitos políticos operam desclassificações e desfazem a estrutura policial. Não criam identidades estáveis, mas antes sujeitos em ato, precários. Rancière (1996b) cita os plebeus na luta pelo direito a serem ouvidos no Senado na República Romana, os trabalhadores da indústria lutando pelo direito ao voto no século XIX na Europa, tanto quanto as mulheres no início do século XX. A interpretação das ocupações e do papel dos seus jovens agonistas, a seguir, indica o exercício da política como litígio e a re-construção de novos sujeitos políticos, como um novo momento de dissenso – ainda que as estruturas da “polícia” - na figura de um Estado de crescente exceção e de um governo instaurado por um golpe institucional (GENTILI, 2016) - tenham buscado ignorar o movimento, desqualificá-lo ou, enfim, reprimi-lo com força desmedida.

3. Ocupação na universidade

Para a pesquisa empírica sobre a ocupação na universidade sul mineira, foram utilizadas as seguintes técnicas, algumas delas aplicadas antes mesmo do início da ocupação, no contexto da pesquisa “A dimensão educativa das organizações juvenis”: a) Coleta de imagens e postagens nas redes sociais e sites da Internet abertos ao público feitas pelos coletivos juvenis pesquisados e pelo DCE da universidade, bem como em páginas em redes sociais criadas pelo movimento da Ocupação na universidade e outros municípios do sul de Minas; b) coleta de materiais distribuídos em assembleias, reuniões e manifestações de caráter público pelo movimento de greve na universidade, como folders e panfletos, bem como postagens no Facebook e enviados por e-

mail; c) observação de atividades públicas promovidas por oito coletivos juvenis da universidade, feita por sete membros do Grupo de Estudos, ao longo de 2016 e durante a ocupação; d) observação de atividades promovidas pelo movimento de greve, de caráter público, por dois membros do Grupo de Estudos - atividades como “aulões”, oficinas, saraus, debates, rodas de conversa etc., assembleias docentes e unificadas; reuniões do Comando Geral de Greve e manifestações (dois atos públicos no centro da cidade); e) entrevistas com oito estudantes participantes da ocupação na universidade.

Minas Gerais foi um estado que se destacou nessa segunda onda de ocupações, com ao menos 69 instituições educacionais ocupadas em meados de outubro, segundo a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (OLIVEIRA; SHAW, 2016). No Sul de Minas Gerais, o movimento foi mais forte em um dos seus maiores municípios, que chegou a ter todas as suas escolas públicas de Ensino Médio ocupadas, assim como o *campus* da universidade pública estadual.

No município sede da universidade investigada, a primeira ocupação aconteceu em uma escola estadual de ensino médio, periférica. Esse e outros exemplos aceleraram um processo de formação e preparação do movimento dos estudantes da universidade, que vinha se gestando desde meados de 2016, por meio de assembleias, debates, mesas-redondas e panfletagens.

Observações feitas dessas atividades preparatórias, entretanto, indicaram grandes dificuldades de os coletivos juvenis mobilizarem os estudantes. Primeiro, porque trata-se de uma instituição de pequeno porte, recente como universidade, oriunda de escola centenária no campo da saúde, com tradição elitista e conservadora. A politização dessa universidade é relativamente recente, destacando-se a ocupação do prédio da reitoria em 2012, em apoio a greve nacional dos professores da rede federal.

As assembleias ou reuniões públicas dos coletivos juvenis tendiam a reunir poucos estudantes “independentes”, com cada coletivo ocupando espaço segregado e com grandes divergências

entre si, desde a estratégia a adotar em oposição ao governo Temer, a discordâncias sobre a condução da política estudantil interna. Relatam-se reuniões encerradas abruptamente, sem chegar a decisões relevantes, e o descontentamento de estudantes “independentes” com o rumo dessas ações. Um “dia de paralisação” na universidade, no final de setembro de 2016, consumiu enormes energias dos membros do DCE, com pouco efeito prático, exceto uma concorrida mesa redonda sobre a MP 746 e a PEC 55, em que falaram professores, sindicalistas e estudantes.

Aos poucos, os estudantes mobilizados se aproximaram dos sindicatos dos técnicos e docentes, que marcaram uma “Assembleia Unificada” no início de outubro. O ambiente da assembleia estava um tanto conturbado, com muitas indefinições e dúvidas sobre como agir, vindo, por fim, a aprovar reuniões para discutir indicativos de greve pelas três categorias, técnicos, docentes e estudantes.

Dois dias depois, entretanto, assembleia dos técnicos decidiu pela greve imediata, após ouvirem fala da presidente do DCE sobre a PEC 55, a pedido do sindicato. A greve, na prática, pouco mobilizou os técnicos, mas seria importante para estimular o movimento grevista das outras duas categorias – mesmo que se tenha abandonado, por ora, a ação “unificada”. No mesmo dia, houve uma tumultuada assembleia dos docentes, com a intervenção de alguns estudantes contrários à possível greve, mas que ao final aprovou o indicativo de greve. Assembleia discente, já mais cheia que outras ações anteriores, também aprovou indicativo de greve.

As greves discente e docente só começariam dias mais tarde. Enquanto isso, estudantes ativos conseguiram incentivar discentes de vários cursos a realizar assembleias, nas quais debateram sobre a PEC 55 e sobre a greve, votando em favor da paralisação. Em 21 de outubro, no final da tarde, assembleia geral dos estudantes, com grande número de presentes, declarou greve imediata com ocupação da universidade. Diversas aulas foram interrompidas

ou impedidas nesse dia, gerando reclamações de alguns professores e estudantes contrários. Segundo relatos, os estudantes mobilizados fizeram uma “autocrítica” sobre a ação intempestiva, e passaram a buscar mais o diálogo e a negociação com docentes e técnicos que queriam usar salas ou laboratórios. Também, passaram a usar as “barricadas” com carteiras de modo mais simbólico, chamando os estudantes e docentes para as atividades de greve, mas não impedindo quem quisesse retirá-las.

No dia 24 de outubro, os estudantes ocuparam o prédio da reitoria, onde passaram a realizar suas assembleias diárias. Eram cerca de 200 estudantes, que espalharam seus colchões pelos corredores do prédio da reitoria e formaram comissões para organizar seu movimento e o espaço. Alguns professores ofereceram “aulões” sobre temas relativos ao movimento, como a MP 746, enquanto outros organizaram uma rede de apoio aos estudantes, tanto para ajudá-los com a alimentação, quanto contra uma possível reintegração de posse. Enfim, no dia 28 de outubro, os docentes, em uma concorrida assembleia, declararam greve, em boa parte inspirados pelos estudantes ou solidários a sua ocupação.

No dia 31 de outubro, reunião do colegiado da Pró-Reitoria de Graduação votaria pedido de “congelamento” do calendário, que interromperia as aulas e, na prática, legitimaria o movimento na universidade. No saguão do prédio principal, concentraram-se estudantes e alguns professores diante de telão que transmitiu a reunião. Representantes dos estudantes, dos técnicos e alguns docentes favoráveis às greves, fizeram falas muito sincronizadas na reunião, indicando o poder da coalizão que se formara entre as categorias, conseguindo a aprovação do “congelamento” com boa margem de votos. No saguão, estudantes comemoraram entoando “We are the champions”.

Formou-se um Comando Geral de Greve, com reuniões diárias, preocupado sobretudo em organizar atos públicos contra a PEC no município. As reuniões eram abertas, e delas chegaram até mesmo a participar alguns docentes contrários à greve, ainda

que poucas vezes. O primeiro ato público aconteceu em 11 de novembro, em praça central da cidade, reunindo cerca de 600 pessoas, numa das maiores manifestações da história do município. Esse ato foi precedido por diversas ações de panfletagem e por reuniões de alguns professores da universidade com membros de paróquias da Igreja Católica, a respeito da PEC 55, estimuladas pela própria CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), contrária à PEC.

O segundo ato aconteceu em 25 de novembro, com número menor de pessoas, cerca de 200, mas com uma dinâmica mais criativa: parte dos estudantes queria uma “ação incisiva”, inspirados por um “cadeiraço” (interrupção de ruas, durante alguns minutos, por secundaristas sentados em carteiras e declamando jogral) feito dias antes, e propôs que o acesso principal da cidade, um trevo onde se cruzam duas rodovias, fosse fechado. A assembleia unificada decidiu que se manteria o ato como inicialmente pensado, uma caminhada até a praça central, com discursos de representantes de docentes, técnicos e estudantes, mas que quem quisesse poderia continuar o protesto até o acesso principal. E efetivamente foi assim, com alguns estudantes, com carteiras escolares, faixas e coreografias, fechando o trevo durante meia hora. Dias depois, em 29 de novembro, o movimento enviou dois ônibus para o ato em Brasília, que foi dura e injustificavelmente reprimido pela polícia militar, como forma de retaliação do movimento e para amedrontar os ativistas.

No interior da universidade, organizavam-se semanalmente atividades de greve. Como exemplo, cita-se a programação dos dias 7 a 13 de novembro, que incluiu: os horários de café, almoço e jantar da ocupação; as assembleias discentes diárias, às 21h; outras ações do movimento, como assembleia docente, ato público na praça central e possível mudança do local da ocupação; atividades lúdicas, como torneio de futsal entre repúblicas; e as atividades de formação, em geral feitas pelos professores, a saber, Roda de Terapia Junguiana, Roda de Conversa sobre diálogos

entre gerações, cines debate, grupo de estudos de Latim, Tertúlia Literária, oficinas de defesa pessoal, de Prazi e de jogos cooperativos e “aulões” sobre resistência comunalista, psicologia histórico-cultural, teoria crítica do currículo, impactos da PEC sobre a saúde, saberes dos povos tradicionais, teoria crítica sobre identidade e gênero e MP 746.

Outras três escolas de Ensino Médio do município também foram ocupadas, com apoio dos estudantes mobilizados na universidade, que haviam formado uma Comissão de Diálogo com os Secundaristas. Em algumas escolas, houve muita tensão com a direção e professores, assim como conflitos com estudantes e não-estudantes contrários às ocupações. Um dos coletivos, ligados à tendência do PT, teria estimulado a ocupação em uma das escolas onde houve mais conflitos, os quais geraram matéria muito negativa na mídia local. Como esse coletivo não tinha comunicado à Comissão sobre sua ação, isso gerou uma forte desavença dentro da ocupação da universidade e no Comando Geral de Greve. Foi a mais forte tensão dentro de um movimento que tinha, até então, conseguido costurar uma sólida união em torno de pauta comum, em boa parte também devido ao grande ativismo dos estudantes “independentes”, que compuseram a maior parte dos que participaram da ocupação.

No início de dezembro, com a PEC aprovada no primeiro turno no Senado, com a iminente aprovação em segundo turno e com um desgaste natural do movimento, a ação coletiva foi enfraquecendo: os técnicos já tinham votado o final da greve; os docentes já se preparavam para votar o mesmo; a ocupação dos estudantes, muito longa, já tinha bem menos ocupantes em comparação com seu início, enfrentava dificuldades com a alimentação e relatava vários casos de adoecimento e estafa.

A ocupação dos estudantes havia se retirado do prédio da reitoria para o prédio da extensão, que fica fora do *campus*, para evitar o cancelamento do ENEM (Exame Nacional de Ensino Médio). Após o ENEM, os estudantes mudaram novamente a ocupação, voltando ao *campus*, para um terceiro prédio, com

melhor estrutura. Enfim, em 13 de dezembro, os estudantes declararam o fim da ocupação, que durou 54 dias.

4. Aspectos políticos da ocupação da universidade

No dia a dia da ocupação, ficava difícil distinguir o que eram as ações políticas e o que era a formação política, tal o grau de fusão entre essas dimensões. No entanto, na busca de clareza e para a resposta das questões deste texto, tentei distinguir os aspectos referentes à noção e prática de política, segundo o movimento da ocupação e seus jovens sujeitos, dos aspectos mais diretamente relativos à formação.

Esse e o próximo item se baseiam principalmente nas entrevistas feitas com oito estudantes que participaram das ocupações na universidade sul mineira. Foram três entrevistadores, que contataram estudantes que estiveram na ocupação na maioria dos dias em que ela durou. Uma entrevista foi gravada e transcrita, enquanto as demais foram respondidas por e-mail. Eram dez questões abertas e dissertativas, que versaram sobre como se deu o engajamento do estudante na ocupação, como ela se organizou, que adaptações teve de fazer, suas principais dificuldades, suas maiores qualidades e contribuições para a formação política do entrevistado e para a sociedade. Dos oito entrevistados, seis eram mulheres e dois homens. Cinco estudavam História, duas Ciências Sociais e uma Nutrição, e estavam em diferentes momentos de formação na graduação. Quatro eram independentes e quatro eram militantes de coletivos juvenis – sendo que duas tinham características de militância fluida e múltipla, transitando entre os diferentes coletivos.

Sobre a concepção de política, assim disse a presidente do DCE, estudante de Ciências Sociais, em um evento ocorrido semanas antes da ocupação: “Política não é necessariamente partidária, é qualquer decisão sobre o que vamos fazer e agir. Quando organizamos nossas indignações e agimos coletivamente,

muito coisa é possível”. Seu exemplo foi, justamente, as ocupações secundaristas em São Paulo em 2015. Nessa definição, destaca-se a ação coletiva e a intervenção na realidade imediata, concreta. A política envolve o conflito, também, conforme um estudante de História, independente, que participou da ocupação, “para o bem ou para o mal, a democracia também é conflito”.

Como foi tratado acima, para Rancière, o âmago da política é o dissenso, por meio do qual, pessoas e grupos, outrora renegados no espaço público, deserdados da comunidade política, se fazem sujeitos políticos. Nas entrevistas, estudantes da ocupação trataram de seu alvorecer como sujeitos políticos. Conforme seus relatos, a maioria não era pertencente a coletivos juvenis, eram estudantes “independentes”. Isso não significa que fossem despolitizados, já que parte importante vinha de cursos da área de Ciências Humanas, em que temas sociais e políticos são bastante trabalhados em sala de aula. Também contou o lento labor dos coletivos para criar um clima propício ao engajamento, afora o sentimento de medo e mal-estar causado pelo avanço das medidas neoliberais do governo Temer, em especial a PEC 55. Relato de um estudante do curso de História, “independente” até então, une, em uma mesma frase, a sua decisão pessoal de mergulhar na ação política com a justificativa de que os estudantes, coletivamente, precisavam mostrar que “são capazes de pensar criticamente”. A dimensão pessoal e coletiva da política se mixam no movimento social, a formação do sujeito político no aspecto individual e no coletivo parecem se equivaler, conforme o mesmo estudante: “nunca vai acontecer algo assim na minha vida. (...) esse período de ocupação talvez seja uma das coisas mais importantes que já fiz (...) senti que estava aprendendo a construir a democracia. (...) A partir da ocupação, por mais que eu já tivesse estudado sozinho sobre ações políticas, é que eu percebi que eu preciso constantemente fazer parte de grupos”.

Neste mesmo sentido, afirmam outros relatos:

No geral, acho que essas ocupações têm o papel de apresentar para a sociedade um outro modelo de política, com novos atores políticos, essas ocupações tiveram função formativa para a nossa geração e para a geração de secundaristas que ocuparam as escolas. (Mulher, estudante de Ciências Sociais, militante).

(Com a ocupação, a comunidade local) pode ver que os jovens estudantes são mais que jovens. São pessoas ativas socialmente, que se preocupam com o futuro de todos. Quebramos paradigmas, mostramos a que viemos e que somos conscientes. (...). Para nós ocupantes, acredito que tenha sido o ápice de nossa vida universitária. Não só passamos pela universidade, mas ajudamos a construir o país que queremos, fizemos e estamos fazendo parte da história, construindo história. (...). Nos tornamos sujeitos de nossas vidas, ativos na realidade que queremos, do futuro que queremos. (Mulher, estudante de História, militante).

Também, o movimento das ocupações revelou o caráter afetivo e conformador de coletividades que uma ação coletiva e política pode ter. Segundo mulher, estudante de História, militante, a ocupação criou elo afetivo e preocupação mútua entre os estudantes. Homem, estudante de História, independente, afirmou que a ocupação criou “sentimento de coletividade, empatia, trouxe aproximação entre alunos que nunca se viam, mas passaram a desenvolver um amor pelo próximo muito maior que o egoísmo que vemos dentro da universidade”. Outra mulher, estudante de História, independente, disse que a ocupação fez com que ela se sentisse parte da universidade e se aproximasse de estudantes de outros cursos.

A política como dissenso parece envolver também a ressignificação do espaço do exercício da política, ou a re-politização dos espaços. Escolas e *campi* universitários, tratados como espaços de aprendizagem, “neutros” politicamente, geridos por técnicas administrativas típicas da “polícia”, na definição de Rancière, são ressignificados politicamente. Foi o caso do prédio da reitoria que, com a ocupação, teve seu espaço reorganizado e ressemantizado. Os rostos dos reitores, nos quadros da entrada,

foram cobertos por letras que compunham a frase “Ocupe a universidade”. As assembleias, em meio a colchões, painéis, copos e talheres, com estudantes distribuídos ao longo de dois corredores, eram, ainda assim, extremamente organizadas e tranquilas – contrastando com o clima mais tumultuado de assembleias anteriores à ocupação. Havia grande preocupação em respeitar a sequência das inscrições, bem como que todos pudessem falar e ser ouvidos. Foram criadas as comissões de segurança, comunicação, alimentação e atividades. Mais tarde, foi criada a comissão de diálogo com os secundaristas. Segundo estudante de História, independente, as comissões “foram os pilares da ocupação. Sem ela não teríamos o nível de disciplina que conseguimos”.

Buscava-se aplicar, concreta e até radicalmente, os princípios da democracia direta nas assembleias e comissões, mesmo que isso significasse longos períodos de debate e reflexão, reduzindo inclusive o tempo de sono. Isso levou a que estudantes e coletivos relativizassem suas posições, acatando decisões coletivas, decididas pelo voto, mesmo quando delas discordassem: “Teve muitas discordâncias dentro da ocupação. Discussões sobre como levar a ocupação ou não. Mas tudo era resolvido no voto. Todo mundo votava. Muitas coisas que votei não foram acatadas. Eu pensava: beleza, se é para decidir no voto, tudo bem.” (Homem, estudante de História, independente). Também, se buscou o rodízio na função de representar o movimento nas negociações com a reitoria, evitando a formação de “líderes”. Segundo mulher, estudante de Ciências Sociais, militante, o movimento pode ter deixado à universidade lições sobre a democracia, para que instaure ou reconheça processos mais horizontais de tomada de decisão política.

É claro, o longo tempo do movimento levou a um natural desgaste, reconhecido pelos entrevistados. Mas pode se considerar como notável o período em que a coalizão que fez o movimento manteve, nas palavras de mulher, estudante de Ciências Sociais, militante, “uma relação de confiança”. É que,

dentro da ocupação, havia três diferentes coletivos juvenis atuantes, rivais na política estudantil cotidiana, ao lado de grande número de estudantes independentes. E o movimento ainda envolveu a greve dos técnicos e a greve dos docentes. Assim, à certa altura, estudantes decidiram que eles é quem demandariam quais atividades de greve desejariam, em vez dessas serem estabelecidas pelo Comando Geral de Greve. Nos momentos finais do longo movimento, a assembleia estudantil aventou a possibilidade de romper com o Comando de Greve.

Marcante na ocupação, radicalizando seu caráter democrático, foi a preocupação com a paridade de gênero, re-politizando a dimensão das relações entre os gêneros. Para uma estudante de História, independente, a preocupação em efetivar os valores apregoados no interior da ocupação, em especial a paridade de gênero e o combate ao machismo, foi o aspecto mais positivo do movimento. Isso deu continuidade à forte preocupação da primeira onda de ocupações estudantis e ao trabalho formativo dos coletivos juvenis antes mesmo das ocupações. Nas assembleias, por exemplo, coibia-se que os homens interrompessem as falas das mulheres e não se admitiam jargões machistas contra professoras adversárias do movimento. A quantidade de mulheres entrevistadas reflete outra característica da ocupação, em que as estudantes estiveram em maior número e tiveram grande combatividade. Dentro da ocupação, elas realizaram reuniões “auto-organizadas”, apenas com mulheres, para discutir a pauta feminista, ao lado de alguns encontros que incluíram também homens, em especial para debater o machismo.

5. Aspectos formativos da ocupação na universidade

A narrativa sobre a ocupação da universidade sul mineira indicou que havia continuidades, mas também descontinuidades, entre a atuação política e formativa dos coletivos juvenis e o movimento de greve. Também, que a dinâmica organizacional da

ocupação teve grande influência das ocupações estudantis anteriores, as quais se inspiraram largamente nos movimentos de secundaristas chilenos e argentinos, também por influência da cartilha “Como ocupar seu colégio” (O MAL-EDUCADO, 2015). Mas o caráter formativo desses coletivos e sua influência na ocupação não devem ser minimizados. Na universidade, os coletivos foram muito mais do que meros “apoiadores” da ocupação, diferente do que se viu na maioria das escolas de ensino médio na primeira onda.

Esses coletivos possuem, dadas as suas ligações com partidos institucionais ou movimentos “clássicos” da esquerda, diversos elementos oriundos da política tradicional, eleitoral e representativa. Ao mesmo tempo, como a pesquisa relatada vem observando, combina esses elementos com novas práticas políticas, como: horizontalidade, democracia direta, trabalho de base permanente, ação política como ação cultural, valorização da ação direta, aceitação e respeito às diferenças na forma de se organizar, autogestão como busca da não dependência e práticas de auto-formação (CORREA, MANRÍQUEZ, 2009). Essa combinação, provavelmente, vai tornar ainda mais efetivo o já clássico reconhecimento dos saberes e habilidades criados nos jovens que participam das entidades estudantis, tais como: laços sociais, criação de novas relações, processos comunicativos, oralidade, leitura, exercício do debate, ampliação do universo artístico-cultural, exercício da escrita etc. (PEIXOTO, 2016).

Também, diferenciando-se da atuação de entidades estudantis universitárias em anos anteriores, para esses coletivos juvenis atuantes hoje na universidade, a pauta da educação é central. A pauta educacional passa pela defesa de um projeto “popular” de educação, a prática de cursinhos populares com espaços de formação política e o tema do acesso e permanência na universidade, entre outros. Na dinâmica interna dos coletivos, também são marcantes os espaços conscientes de formação, que ilustram uma educação não formal, como “acampamentos” (locais, estaduais e nacionais), encontros de formação, formação

dos professores do cursinho, estudos dentro dos “setoriais” (de negras e negros, mulheres, LGBT, entre outros) e formação dentro de “células” distribuídas entre as “frentes” (estudantil, periferia e meio rural). Uma estudante de Biologia, recém-ingressa em um dos coletivos, antes do início do movimento de ocupação na universidade, confidenciou: “Aprendo mais sobre a conjuntura política nacional aqui com vocês do que na sala de aula. Tenho um professor que nem sabe o que é uma PEC”. Outra estudante, participante do coletivo que organiza o cursinho popular, do curso de Ciências Sociais, considera que a formação pela militância complementa e aprofunda a sua formação acadêmica: pelo contato com a realidade dos adolescentes da periferia, pela necessidade de estudar leis e políticas para os debates e pela maior apropriação dos espaços da universidade, para além das aulas formais.

Ainda, esses coletivos oferecem espaços formativos mais ou menos planejados para o “público externo”, tanto aos estudantes não organizados, quanto à comunidade local, tais como: os cursinhos populares supracitados, “aulões” em praças públicas, oficina de turbante para crianças negras em Organização Não-governamental, participação em conferências municipais de juventude, debates, mesas-redondas, assembleias, panfletagem, atos públicos e a própria ocupação. Essas atividades formativas podem se dar em combinação com projetos de extensão universitária, destacando-se os Cursos de Realidade Brasileira realizados entre 2013 e 2015, ou mesmo a participação como palestrantes de representantes desses coletivos em Seminários sobre a Juventude na universidade.

Como se percebe, havia um ambiente e um contexto de relativa politização, pelo trabalho político e formativo dos coletivos juvenis, que tornou possível o movimento da ocupação. Mas o movimento foi uma “catarse” de todas essas potencialidades, inclusive uma catarse dos seus aspectos formativos. Um estudante de História, independente, utiliza o termo “catalisador” com esse sentido catártico:

Teve mudanças durante a ocupação inteira. Não de uma forma melhor ou pior, a ocupação foi se transformando à medida que foi necessário e sempre de forma que possibilitou ressignificar os nossos espaços... o tempo todo fazíamos espaços de formação. Talvez, quem estava de fora, quem via a universidade fechada e com aqueles cartazes todos, deveria pensar: pô, esses caras estão parados no tempo ali. Talvez tenha surgido essa impressão. Só que é o contrário. A ocupação é um catalisador gigantesco. Ela catalisa tudo. Ela catalisa como as relações sociais se dão. Algumas amizades que eu fiz ali (...) eu tenho e guardo com muito carinho até hoje. Elas só poderiam ter se dado ali. Elas não teriam sido construídas da mesma forma se fosse em outros espaços. A ocupação catalisa tudo, suas perspectivas ideológicas, políticas, sociais, suas percepções sobre o mundo, sobre a realidade. Ela é um catalisador gigantesco. É justamente isso que deu sentido ao movimento. Se fosse algo parado, estaríamos ali fixados, descansando e curtindo, mas não, ela é um catalisador.

Pode se dizer que, nas ocupações, diversas possibilidades educativas dos movimentos sociais, conforme Arroyo (2003), se viram novamente presentes, em especial: luta pelo direito à educação; aprendizado dos direitos; materialidade (valor da luta pela sobrevivência e inserção na sociedade); centralidade dos sujeitos (em vez dos processos) na educação; totalização (o movimento permite o alargamento do olhar do sujeito acerca do mundo, tal qual uma “situação-limite” segundo Paulo Freire) e presentificação (centralidade do tempo presente e de seus problemas).

Segundo as observações e as entrevistas, os aspectos formativos da ocupação da universidade podem ser classificados em duas categorias: propostas para a educação formal; práticas formativas no interior da ocupação.

As propostas para a educação formal foram, a princípio, o aspecto educativo mais consciente desse movimento, algo presente já na pauta cotidiana dos coletivos juvenis, como tratado acima. Passaram, no início, basicamente pela luta pela manutenção do direito à educação, em especial as políticas de acesso e permanência na educação superior pública e gratuita,

ameaçadas pela PEC 55. Também, foram marcantes as críticas ao modelo neoliberal, tecnicista e privatista de educação, que tem ganhado mais força com o governo Temer. Contra esse modelo, se fez a defesa da educação pública de qualidade, universal e crítica.

Os estudantes, em especial os independentes, foram vivendo outras formas de educação no interior do movimento, algumas das quais os militantes já tinham mais familiaridade. Eram práticas informais, por meio das assembleias, no trabalho das comissões e nas atividades políticas, bem como não formais, ao lado ou não de professores, como “aulões”, mesas-redondas e oficinas. Essas vivências foram trazendo, conforme as entrevistas, a ideia de que outras relações de ensino-aprendizagem seriam possíveis na educação formal da universidade, enquanto o próprio espaço da universidade ganhava novos sentidos aos estudantes.

Os estudantes que militavam nos coletivos juvenis, assim como os independentes que se engajaram na ocupação, criaram consciência de que existem outras possibilidades de formação social e pessoal, bem como de inserção em redes de relacionamento social, político e profissional, alternativos ao dispositivo que vem se tornando hegemônico nas universidades. Esse dispositivo, segundo a descrição de Oliveira e Fernandes (2016, p. 94), tem feito com que os estudantes incorporem “(...) a prática da produção do conhecimento que segue a lógica do trabalho intensificado e produtivista dos professores universitários, orientada pela mercantilização do conhecimento no contexto das políticas neoliberais.” No reverso do dispositivo hegemônico – nos quais os estudantes são completamente heterônomos e os processos formativos são não-dialógicos –, na ocupação se ensaiaram relações educacionais e processos formativos em que os estudantes tiveram grande grau de autonomia e em que puderam ser estabelecidos diálogos intergeracionais profícuos. Como pauta central das atividades formativas, durante a ocupação, a possibilidade de deter as políticas regressivas e, até mesmo, o vislumbre da utopia de

transformação social, em vez da inserção acrítica em uma realidade que, se já era opressiva a muitos dos jovens estudantes, acenava com ainda mais regressões, o que explica o “medo” e mal-estar que motivou diversos estudantes a aderir à greve.

O movimento das ocupações não negligenciou o aspecto formativo, ao contrário, tornou-o mesmo mais evidente e mais consciente em comparação com a práxis cotidiana dos coletivos juvenis. Esse processo formativo, em primeiro lugar, foi intenso, como afirma o relato de estudante homem de História, independente:

(...) A ocupação é um período bem mais desgastante do que um período de aula regular ... bem mais desgastante. Inclusive, durante o período normal de aulas, eu tenho duas aulas por dia. Na ocupação, teve vezes em que assisti seis aulas por dia, fora as obrigações das comissões e tudo isso. Era bem mais pesado e intensificado.

Esse mesmo estudante, em seu relato, confirma a percepção acerca de outras potencialidades do processo educativo das ocupações, tratados nesse item e no anterior, como a riqueza e a criatividade das atividades formativas, a construção de táticas potentes de ação coletiva e uma maior unidade entre teoria e prática política:

Para a universidade é inquestionável o avanço no sentido político e social que a ocupação causou, com todos os seus eventos culturais e debates/aulões. Está impresso na história da universidade esse movimento que posteriormente pode ser utilizado pelos futuros estudantes, como espelho de um movimento pacífico, mas enérgico. Enfim, aos estudantes creio que só receberam mais teoria e prática no dia a dia, conhecendo uns aos outros e percebendo como é importante participar desse tipo de movimentação política.

Estudante mulher de Ciências Sociais, militante, afirma a esperança de que a universidade poderia se tornar, depois da ocupação, um espaço político e educacional mais democrático.

A escola vai ser o lugar que mais vai vivenciar essa mudança de percepção, ela vai ter que ser uma instituição social com o mínimo de recursos democráticos a partir de agora, isso impacta diretamente da formação de professores, na formação de trabalhadores... acho que demos início a um processo de gestação e o que vem é um futuro de mais lutas, mas que tem mais esperanças também.

À esperança dessa democratização do espaço institucional da universidade, cabe, entretanto, trazer relatos posteriores menos otimistas. Na verdade, acerca das próprias escolas de Ensino Médio, desde o início de 2016 relatos afirmavam, como se viu em capítulos anteriores, que elas não haviam se transformado e, em alguns casos, a situação piorara, em instituições em que os gestores perseguiram supostos “líderes” da ocupação e impediram o funcionamento de grêmios. Em relato recolhido pelo autor, mulher estudante de Engenharia que participou da greve em outro *campus* dessa universidade, sediado em outro município sul mineiro, fez a seguinte narrativa: “Com o retorno das aulas, no início, alguns professores contrários ao movimento me olhavam com cara feia. Mas depois, eles esqueceram. Esqueceram que houve movimento. A universidade não tem memória”.

Vale, então, esperar que essa formação social e política, durante as ocupações, deixe efeitos a médio e longo prazo, em especial no mundo público para além da instituição universitária. Relatos indicam que houve a formação política, pelo movimento, de uma geração de jovens universitários – assim como dos adolescentes secundaristas nas ocupações de escolas - em especial, para aqueles que tinham pouca ou mesmo nenhuma formação política, algo que aparece abaixo não apenas nos relatos dos independentes, mas também dos militantes. Mas, mesmo aos militantes, a participação em uma ação coletiva de grande porte é um momento ímpar em sua formação:

Tinha pessoas que entraram e não sabiam muito bem sobre o que estava rolando. Sabiam que tinha algo errado, que elas não estavam satisfeitas com aquilo. Às vezes elas sofreram ou sofreriam com as medidas arbitrárias

do governo. Elas estavam ali, mas não sabiam o que estava acontecendo. Elas pouco sabiam sobre os processos políticos, jurídicos, econômicos, de lobby, e por aí vai. Eu também não. Muita coisa eu aprendi na ocupação. Por fazer história, eu tinha apenas uma noção básica. Mas esses espaços formativos do movimento foram muito bons. Pessoas que chagavam um pouco ou totalmente perdidas começaram a falar, a opinar, a dar ideias. Elas passaram a se engajar. Isso foi muito do caralho. Foi muito legal ver isso. Esse amadurecimento político e militante. Militância era uma palavra que não fazia parte do meu vocabulário antes da ocupação. Militância para mim agora, putz! Militância ela tem ... depois que eu comecei a militar na ocupação ... acho que não dá para sair mais disso aí. Pelo menos eu não vou conseguir mais. Essa consciência política que você adquire com a militância e durante a experiência de ocupar uma universidade, isso não dá para voltar atrás. (Estudante homem de História, independente).

Eu sou um exemplo de uma estudante que não tinha muito conhecimento político e pude amadurecer muito durante o movimento. (Estudante mulher de Nutrição, independente).

Conseguimos trazer à tona, discussões de cunho político e levar esses espaços a pessoas e alunos da universidade que não estão familiarizados com esse tipo de debate, espalhando a prática política dentro da universidade. (Estudante homem de Ciências Sociais, independente).

A ocupação da universidade se mostrou, muito em função do esforço de fazer da sua organização um movimento mais horizontalizado, um processo que fez com que estudantes não organizados em coletivos ou diretórios acadêmicos reavaliassem a importância da inserção política e da organização estudantil. (Estudante mulher de Ciências Sociais, militante).

O movimento estudantil nos molda como seres humanos, humanos e conscientes. Nos ensina a respeitar as diferenças, a lidar com o outro, a ouvir o outro, a abraçar quando necessário, a cuidar. Saímos do processo de ocupação muito melhor do que entramos, com toda certeza. Mais politizados e mais humanos. (Estudante mulher de História, militante)

Nas últimas semanas da ocupação, os estudantes estavam em menor número, desgastados física e emocionalmente. O

adocimento já tinha levado diversos jovens, outrora muito engajados, a abandonar temporária ou definitivamente a ocupação. Nesses dias, relatos de mulheres estudantes destacaram a importância de rodas de conversa promovidas por uma docente da universidade, psicóloga, que fez uso da abordagem psicanalítica junguiana para que os estudantes, em especial as mulheres, que sempre foram a maioria no movimento, pudessem relatar suas dificuldades e angústias: “É necessário dizer aqui a ajuda essencial da professora de psicologia que, naquele momento, percebera os limites subjetivos que nos tomavam” (Estudante mulher de Ciências Sociais, militante).

Esse caso e o relato ilustram, primeiro, os limites da ocupação como tática de longa duração – algo que apareceu em relatos posteriores de militantes que participaram da ocupação da universidade. Houve mesmo estudantes que confidenciaram a entrevistados que nunca mais participariam de qualquer atividade política, tamanho o desgaste físico e psicológico que tiveram. Em segundo lugar, o caso traz à tona a importância dos diálogos intergeracionais, a contribuição recíproca entre adultos e jovens pela comunicação de suas distintas experiências e suas diferentes relações com o tempo e o espaço. Se nos momentos finais da ocupação, as estudantes encontraram importante guarida no trabalho psicanalítico da docente, não se deve deixar de trazer o relato de um docente, feito nos momentos iniciais da ocupação: “Nós devemos agradecer vocês, estudantes, que estão nos educando para a luta”.

Infelizmente, a postura desses dois professores não foi a exclusiva do corpo docente da universidade. Ainda que os docentes não sejam os sujeitos principais deste capítulo, ao menos mais uma observação é relevante. Na universidade ocupada, houve uma grande cisão no corpo docente em relação à greve, ainda que aqueles favoráveis tenham conseguido mobilizar mais colegas para votar favoravelmente a ela nas assembleias. Enquanto os educadores, acima, se permitiram aprender com seus estudantes, ou foram muito importantes em processos cogidos

de formação, por outro lado, diversos professores ameaçaram seus estudantes grevistas com a reprovação nas disciplinas que lecionavam, por faltas, e mantiveram ou mesmo marcaram avaliações durante a ocupação. A universidade ainda tem muito a aprender com seus estudantes...

Considerações Finais

Nesse capítulo, busquei trazer os principais resultados de um esforço coletivo de reflexão e investigação acerca das organizações juvenis e do movimento de ocupação em que elas participaram, em uma universidade do Sul de Minas Gerais.

Entre os empenhos conceituais e teóricos, o texto debateu sobre termos que vêm sendo usados para pesquisas acerca do aprendizado político pelos jovens. Trata-se de discussão importante, a se considerar que o objetivo do capítulo era tratar dos processos de auto-formação e coeducação política dos estudantes no interior de uma ação coletiva.

Isso foi feito, primeiro, tratando dos limites da noção clássica de socialização política e das tentativas de reformar esse conceito. Em sua noção clássica, a socialização política pressupõe o aprendizado de valores básicos dados, transmitido pelos adultos, como pré-requisito ao agir político, como se os jovens estivessem necessariamente de fora da cena pública, sempre incapazes de compreender o mundo político e nele intervir antes de introjetarem devidamente certos saberes consagrados. Esforços para reformular o conceito, como o uso da noção de capital social, ainda não são capazes de contornar a dificuldade de compreender como adolescentes supostamente carentes de habilitação política, como os secundaristas das ocupações, foram capazes de promover um movimento em larga escala, enquanto a maioria das organizações políticas controladas por adultos pouco têm reagido diante do descalabro da democracia representativa em nosso país.

Outros esforços mais interessantes vêm considerar os jovens como sujeitos partícipes do seu próprio processo de socialização,

além de atores sociais e políticos capazes de agir de modo autônomo. Já a noção de subjetivação política intenta mesmo romper com a de socialização, ao focar processos participativos em que adolescentes e jovens buscam interferir na realidade presente imediata, publicizar questões tradicionalmente mantidas na sombra e se fazer, pela ação, sujeitos políticos. A posição teórica desse texto aproxima-se dessas noções que reconhecem as possibilidades de atuação política de adolescentes e jovens, que valorizam as perspectivas próprias e únicas desses sujeitos em relação ao tempo e espaço social e que propõem que nos atentemos aos processos auto-formativos e co-formativos engendrados por suas ações coletivas.

A própria noção de política é, a partir dessas outras concepções de formação política, resignificada. Deixa de ser vinculada estritamente ao poder político como monopólio dos meios de coerção, e passa a ser considerada como a ação coletiva criadora de realidades e de sujeitos, tal qual a noção de “ação” de Hannah Arendt e a de “dissenso” de Jacques Rancière. A política opõe-se à violência e aos mecanismos de administração, e é mesmo a possibilidade de ruptura dessas estruturas “policiais”. Por meio da política, sujeitos excluídos da comunidade dos reconhecidos passam a ser ouvidos, constituem-se coletivamente como agentes criadores e refazem o espaço público. Rancière cita lutas diversas ao longo da história, em que os “não-sujeitos” se fazem sujeitos, mesmo que durante curtos espaços de tempo, pela política em seu sentido essencial: plebeus, proletários e mulheres. Poderíamos acrescentar, os jovens, e, no caso do Brasil atual, em especial os secundaristas, tantas vezes considerados como incapazes de participar da vida pública e mesmo apontados como “risco” ou perigo à sociedade.

Mas esse capítulo focou essencialmente os jovens universitários participantes do movimento de ocupação do *campus* sede da universidade, entre outubro e dezembro de 2016. Esses jovens tiveram que enfrentar uma instituição bastante conservadora e pouco afeita à ideia do estudante como ator

político autônomo. Tiveram que tensionar com diversos sujeitos da própria universidade que consideravam ilegítima a ocupação dos espaços dela para uma ação de protesto. E, o que foi o mais importante para esse capítulo, o movimento desenvolveu inúmeros processos informais e não-formais de educação, em especial a formação política, enquanto seus detratores alegavam que a interrupção das aulas estava ferindo o direito à educação.

Em relação ao último aspecto citado acima, o movimento foi também formativo, tanto por meio de atividades auto-organizadas, em especial na lida com os desafios da ocupação, quanto por meio de atividades co-organizadas com professores, técnicos e militantes adultos que participaram da coalizão que tornou possível essa ação coletiva.

O longo processo de ocupação e a repressão policial em manifestação em Brasília trouxeram, também, tensões, angústias, sofrimentos, adoecimento, dores físicas e mentais. Mas os impactos dessa ação coletiva e sua memória ainda são fonte potencial de inúmeros aprendizados recíprocos, para o movimento estudantil, técnicos e docentes, como a construção de formas horizontais e participativas de debate e decisão, a capacidade de autogestão dos espaços e dos processos formativos pelos estudantes, o potencial da coeducação e do diálogo entre gerações e a descoberta do valor educativo de um movimento social.

Referências

- ALVARADO, Sara V., PATIÑO, Jhoana A. & LOAIZA, Jullían A. Sujetos y subjetividades políticas: El caso del movimiento juvenil Álvaro Ulcué. **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud**. v. 10, n. 1, p. 855-869, 2012.
- ARENDETT, Hannah. **A condição humana**. 10ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

- ARROYO, Miguel. Pedagogias em movimento: o que temos a aprender dos Movimentos Sociais? **Currículo sem Fronteiras**. v. 3, n. 1, p. 28-49, jan. /jun. 2003.
- BAQUERO, Marcello; CREMONENSE, Dejalma (orgs.). **Capital social: teoria e prática**. Injuí: Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, 2006.
- BOBBIO, Norberto. Política. In: BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N. & PASQUINO, G. (orgs.). **Dicionário de política**. 11a ed. Brasília: Editora da UnB, 1998, p. 954-962.
- CASTRO, Lúcia Rabello de. Juventude e socialização política: atualizando o debate. **Psicologia: Teoria e Pesquisas**. v. 25, n. 4, 2009, p. 479-487.
- CASTRO, Lúcia Rabello de; MATTOS, Amans Rocha. O que é que a política tem a ver com a transformação de si? Considerações sobre a ação política a partir da juventude. **Análise Social**. v. XLIV (193), 2009, p. 793-823.
- CORREA, Jorge B.; MANRÍQUEZ, Mauro S. Nuevas practicas políticas em jóvenes de Chilhe: conocimientos acumulados 2000-2008. **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Ninez y Juventud**. v. 7, n. 2, p. 1379-1403, 2009.
- DAYRELL, Juarez. O rap e o funk na socialização da juventude. **Educação e Pesquisa**, 28 (1), 117-136, 2002.
- FLORA, Ângela Della. **A Teologia da Libertação e a formação política cristã de uma geração de jovens rurais militantes na diocese de Chapecó-SC**. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política), Universidade Federal de Santa Catarina, 2007.
- GARCIA, Valéria Aroeira. Educação não formal: um mosaico. In: PARK, Margareth B.; FERNANDES, Renata Sieiro; CARNICEL, Amarildo. (orgs.). **Palavras-chave em Educação Não formal**. Holambra: Setembro, 2007.
- GENTILI, Pablo (ed.). **Golpe em Brasil: genealogía de uma farsa**. Buenos Aires : CLACSO; Fundación Octubre; UMET, Universidad Metropolitana para la Educación y el Trabajo, 2016.
- MARTINS, Suely Aparecida. **A formação política da juventude no Movimento Sem Terra no Estado do Paraná**. Tese (Doutorado

em Sociologia Política), Universidade Federal de Santa Catarina, 2009.

MAYORGA, Cláudia; CASTRO, Lúcia Rabello de; PRADO, Marco Aurélio Maximo (orgs.). **Juventude e a experiência da política no contemporâneo**. Rio de Janeiro: Contracapa, 2012.

MESQUITA, Marcos Ribeiro. O movimento estudantil e as questões de gênero e de diversidade sexual: o desafio de recriar a militância. In: GROppo, L. A.; ZAIDAN FILHO, M.; MACHADO, O. L. (org.). **Movimentos juvenis na contemporaneidade**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2008, p. 84-107.

OLIVEIRA, Amanda de; SHAW, Camila. Da inspiração nos secundaristas ao diálogo com a pós-graduação. **Boletim Anped**: "Ocupações". nov. 2016. Disponível em <http://www.anped.org.br/news/da-inspiracao-nos-secundaristas-ao-dialogo-com-pos-graduacao-ocupacoes-seguem-gerando>. Acesso em 25/nov./2016.

OLIVEIRA, Maísa A.; FERNANDES, Maria Cristina. Socialização, experiências e agentes interlocutores na formação dos estudantes universitários: interfaces da produtividade acadêmica. **Comunicações**. Piracicaba/SP, v. 23, n. 2, p. 93-107, maio./ago. 2016.

O MAL-EDUCADO. **Como ocupar um colégio?** Manual escrito por estudantes secundaristas da Argentina e Chile. 2015. Disponível em <https://www.facebook.com/mal.educado.sp/posts/713559985444416>, acesso em 24/fev./2017.

OPPO, Anna. Socialização política. In: BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N. & PASQUINO, G. (org.). **Dicionário de política**. 11a ed. Brasília: Editora da UnB, 1998, p. 1202-1206.

PAIS, José Machado. A esperança em gerações de futuro sombrio. **Estudos Avançados**, v. 26, n. 75, 267-280, 2012.

PEIXOTO, Maria Angélica. Formação e movimento estudantil. **Revista Movimentos Sociais**. v. 1, n. 1, p. 161-182, jul./dez. 2016.

PERALVA, Angelina. O jovem como modelo cultural. **Revista Brasileira de Educação**. maio/ago. de 1997, n. 5-6, p. 15-24.

PIZZETA, Adelar João. A formação política no MST: um processo em construção. **OSAL**, Buenos Aires, CLACSO, ano VIII, n. 22, 2007, p. 241-250.

RANCIÈRE, Jacques. O dissenso. In: NOVAES, Adauto (org.). **A crise da razão**. São Paulo: Cia das Letras, Brasília: MEC, Rio de Janeiro: Fundação Nacional de Arte, p. 367-382, 1996a.

RANCIÈRE, Jacques. **O desentendimento**: política e filosofia. São Paulo: Editora 34, 1996b.

VENDRAMINI, Célia Regina. Educação e trabalho: reflexões em torno dos movimentos sociais do campo. **Caderno Cedes**, Campinas, v. 27, n. 72, p. 121-135, 2007.

WEBER, Max. **Ciência e política: duas vocações**. 9ª ed., São Paulo: Cultrix, 1993. 2ª ideia.